

Euro digital vai obrigar a reinventar negócio bancário

Especialistas alertam que emissão da moeda virtual na zona euro terá de acautelar incógnitas e riscos de privacidade e segurança e manter a banca de retalho como “guardiã”.

O euro digital vai permitir a democratização do acesso a pagamentos digitais na União Europeia (UE) e será uma alternativa ao dinheiro físico sem o substituir, garantem os políticos, académicos, juristas e reguladores contactados pelo Jornal Económico (JE). Ainda assim, esta moeda virtual em formato CBDC (Central Bank Digital Currency) será revolucionária e poderá excluir do mercado as empresas processadoras de pagamentos que não se saibam reinventar num contexto financeiro sem intermediários.

“Se vier a ser emitido, o euro digital será a moeda digital do eurosistema, disponibilizada a particulares e empresas para utilização nos pagamentos de retalho. A grande diferença face aos criptoativos é que terá curso legal, ou seja, será aceite como meio de pagamento em toda a área do euro. Será uma forma de os cidadãos continuarem a ter acesso a moeda de banco central num ambiente em que existe uma crescente preferência por meios de pagamento mais digitais”, sintetiza fonte oficial do Banco de Portugal (BdP).

A eurodeputada socialista Margarida Marques reafirma que o euro, por simbolizar a integração e a prosperidade da UE, é dinâmico e está em permanente construção. Logo, deve preencher as lacunas que ainda persistem, como a acessibilidade aos cidadãos dos 19 países da zona euro a pagamentos por uma app ou a cofres online. “[Mesmo depois da pandemia] há que reconhecer que recorrem maioritariamente a pagamentos digitais os consumidores com rendimentos mais elevados. O euro digital tem de prioritariamente ser complementar ao dinheiro físico, não um seu substituto, evitando

aumentar potenciais desigualdades criadas pelo fosso digital”, alerta ao JE.

Para o advogado Tiago Correia Moreira, da área de Bancário e Financeiro, o euro digital significa a confirmação na banca da tendência de digitalização da economia e de promoção da concorrência, que se acentuou nos últimos anos. “O surgimento de novos modelos de negócio

no sector bancário, muito deles com cariz forte ou exclusivamente digital, forçam esta tomada de decisão”, explica o sócio da Vieira de Almeida (VdA), sublinhando que, para a chamada banca tradicional (a de retalho), a chegada desta moeda pode “exigir uma ainda maior reinvenção do modelo de negócio e substituição das agências bancárias por modelos de con-



tratação à distância, não presenciais”.

Na ótica dos pagamentos, fará com que todos os europeus comecem a utilizar carteiras digitais (wallets), que as caixas registadoras dos supermercados se adaptem e se massifiquem as transações digitais no quotidiano, como acontece na China com a WeChat e Alipay, exemplifica o professor Paulo Cardoso do Amaral, da Católica-Lisbon. “Consequentemente, a indústria dos processadores de pagamento vai ter de se reposicionar rapidamente, e muitos dos fornecedores de serviços vão provavelmente desaparecer por já não serem necessários no mundo peer-to-peer”, adverte o coordenador o mestrado executivo em Gestão com especialização em Inovação Digital.

É um cenário para daqui a quanto tempo, se a emissão avançar? O debate mais firme começou em outubro de 2020

quando o Banco Central Europeu (BCE) publicou um relatório sobre a possível criação de uma moeda digital nos países da moeda única. No início do verão passado, o BCE voltou a dar um ‘baby step’ nesta matéria ao publicar um relatório no qual pondera avançar para a criação deste ativo, que, tanto quanto se sabe, não pretende instituir-se como uma alternativa fundamentalista às moedas e notas, mas “ajudaria a manter a autonomia dos sistemas de pagamentos domésticos e o uso internacional de uma moeda num mundo digital”, constituiria “apenas outra forma de efetuar pagamentos na nossa moeda única” e “responderia à crescente preferência dos cidadãos e das empresas por pagamentos digitais”, de acordo com o relatório “O papel internacional do euro”. Neste momento, a instituição liderada por Christine Lagarde ainda se encontra em fase de investigação sobre este euro vanguardista, que a chegar a bom porto será num horizonte temporal de, pelo menos, quatro anos.

“Para os reguladores vai ser o paraíso: a banca vai poder concentrar-se naquilo que é a sua verdadeira função comercial e de apoio à economia”, assegura Paulo Cardoso do Amaral, que considera o euro digital um factor importante de evolução para os bancos europeus. Todavia, esse nível de progresso dependerá sempre de como o supervisor envolver os bancos na gestão desta “massa monetária” e os manter como guardiões, para não se correr o risco de perder liquidez. O acadé-

mico recorda que uma moeda tem essencialmente três funções: a transferência de valor (pagamentos), a reserva de valor e a medida de valor, enquanto unidade para estabelecer preços. Na sua opinião, este terceiro ponto é o mais relevante quando se fala em euro digital, pelas implicações positivas para as atividades económicas e “porque afinal a propriedade é sempre avaliada na moeda fiduciária”. “A partir do momento em que podemos programar a massa monetária de forma ecossistémica, dada a natureza da sua representação sob forma de criptoativo, a banca como um todo vai evoluir com as propriedades do mundo DeFi [Finanças Descentralizadas]. Vai ser uma revolução. É um mundo onde os produtos financeiros têm vida própria, executando as regras da regulação por desenho e a priori. Aliás, para os reguladores vai ser o paraíso. Isto significa que a banca vai poder concentrar-se naquilo que é a sua verdadeira função comercial e de apoio à economia”, esclarece o académico ao JE.

Para tal, é necessário acautelar incógnitas e riscos, entre os quais a segurança, a privacidade dos dados e o equilíbrio entre direitos individuais e interesse público, segundo Margarida Marques. Ou seja, deve “assentar num sistema regulatório que defina com clareza o funcionamento do euro digital” e “ser cuidadosamente desenhado de modo a evitar quaisquer efeitos indesejáveis na política monetária e na estabilidade financeira”. Portanto, será preciso avaliar bem “os ganhos potenciais em eficiência e de que forma influenciará o sistema de pagamentos já existente”, diz a deputada da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, que faz parte da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários.

Aliás, esta é a principal preocupação dos bancos centrais, que não veem os criptoativos (bitcoin, ethereum...) como verdadeiras moedas, dada a sua volatilidade. “Um euro digital tem de satisfazer as necessidades dos cidadãos europeus e contribuir simultaneamente para prevenir atividades ilícitas e evitar qualquer impacto indesejável na estabilidade financeira e na política monetária”, conclui o BdP.



“Vai ser uma revolução. É um mundo onde os produtos financeiros têm vida própria. A banca vai poder concentrar-se na sua verdadeira função comercial e de apoio à economia”, diz professor académico